

Por Edna Simão

Entre os pontos polêmicos estão alterações relacionadas a arbitragem, exigência de registro prévio de novos produtos na Susep e equiparação de grandes segurados a consumidores hipossuficientes

O projeto de lei da Câmara (PLC) nº 29/2017, que trata de contratos de seguros e resseguros, voltou a tramitar no Senado, suscitando novos embates entre entidades que representam os segmentos, contrárias à proposta, e juristas e outros especialistas, que se mostram favoráveis.

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: Valor Econômico, em 04.07.2023